

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 135/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 076/PMCSA-SME/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/PMCSA-SME/2023**  
**UASG: 982357 – Licitação no Compras.gov.br n.º 10028/2023**

A Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, através da Secretaria Municipal de Educação, e, por intermédio do Pregoeiro **Jackson Gutemberg David dos Santos**, nomeado pela Portaria GAPRE n.º 033 de 16 de janeiro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por lote** nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal n.º 1.953, de 09 de setembro de 2020, do Decreto Federal n.º 7.892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Recebimento das propostas a partir do dia 22/08/2023 às hmin até o dia 11/09/2023 às 09h10min.

Abertura das propostas: 11/09/2023 às 09h15min.

Início da sessão de disputa de lances: 11/09/2023 às 09h30min.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## **1 DO OBJETO**

- 1.1 Registro de preços pelo prazo de 12 meses para eventual aquisição de fardamento escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 1.2 A licitação será dividida em **04 (quatro) lotes**, com **ampla participação**, conforme tabela constante no Anexo I – Planilha Orçamentária, anexo a esse Edital.
- 1.3 **Critério de Julgamento** adotado será o **menor preço por lote** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023.
- 2.2 Não será necessária a demonstração dos recursos orçamentários neste momento porque a licitação será regida pelo Sistema de Registro de Preços, em conformidade ao Decreto Federal n.º 7.892/2013.

## **3 DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu

representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

- 3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

- 4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP n.º 3, de 2018.
- 4.2 A licitação será processada em estrita conformidade ao instituído no inciso I e III do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014;
- 4.2.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.3 **Não poderão participar desta licitação os interessados:**
- 4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, em especial o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 03, de 26 de abril de 2018;
- 4.3.2 Suspensas e/ou impedidas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, nos termos da Lei e da jurisprudência correlata;
- 4.3.3 Empresas declaradas inidôneas nos termos do art. 87, inc. IV, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, estão impedidas de participar desta licitação, em decorrência dos efeitos da sanção que abrange toda a Administração Pública, direta e indireta, compreendendo a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- 4.3.4 Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- 4.3.5 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.6 Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei Federal n.º 8.666, de 1993;
- 4.3.7 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- 4.3.8 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.3.10 Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES n.º 05/2017).
- 4.3.10.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão n.º 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 4.3.11 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.
- 4.4 Nos termos do art. 5º do Decreto Federal n.º 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
  - a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
  - b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.4.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF n.º 13, art. 5º, inciso V, da Lei n.º 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto Federal n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.5 Nos termos do art. 7º do Decreto Federal n.º 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.6 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 4.6. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 4.6.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
    - 4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  - 4.6.3. A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC n.º 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações

legais.

- 4.6.4 Para a verificação da fraude prevista no subitem anterior, o pregoeiro poderá realizar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da LC n.º 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.
- 4.6.5 Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).
- 4.6.6 A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.
- 4.6.7 Para fins de definição do “último exercício social” da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped, nos termos do que fixa o Art. 16, §4º da Instrução normativa SEGES/MPDG n.º 03, de 26 de abril de 2018.
- 4.7 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.7.1 Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.7.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.7.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.7.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.7.5 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.7.6. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.7.7. Que cumpre os requisitos do Decreto Federal n.º 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.
- 4.7.7.1 A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento

favorecido previsto no Decreto Federal n.º 7.174, de 2010.

- 4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.
- 5.2 O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC n.º 123, de 2006.
- 5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6 PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1 **Quantidade ofertada;**
- 6.1.2 **Valor Unitário do Item;**
- 6.1.3 **Valor Global do item;**
- 6.1.4 **Descrição do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3 A **proposta escrita** deverá ser apresentada na forma do Anexo I deste Edital (**juntamente com a documentação de habilitação**), conforme art. 26 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste

edital, não sendo admitido, sob nenhuma hipótese, a oferta de material reconicionado, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/fax e pessoa de contato;
- b) Preço total do item, atualizado conforme lances eventualmente ofertados;
- c) A licitante vencedora terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da convocação da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, para assinatura da Ata de Registro de Preços;

6.4 **A licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços escrita:**

6.4.1 **Declaração** expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

6.4.2 **Declaração** de Elaboração Independente de Proposta (Anexo VI);

6.4.3 **Declaração** do responsável pela empresa de que no quadro societário da empresa não participa, seja a que título for, servidor público Municipal do Cabo de Santo Agostinho (ANEXO VII);

6.4.4 **Declaração** que o produto a ser fornecido, constará garantia mínima (quando couber) de 12 (doze) meses, a partir da data de aceitação, nos itens que couber, constantes no Anexo I ao presente Edital;

6.4.5 **Declaração** expressa de que aceita e concorda plenamente com todos os termos deste Edital e seus anexos e de que tem total conhecimento de todas as condições neles contidas;

6.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços,

6.6 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993;

6.7 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.8 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.8.1 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução

contratual;

- 6.8.2 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da proposta e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.9 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.10 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.11 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.13 O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.14 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.14.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário,

levado a efeito na fase de aceitação.

- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4.1. durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o (a) Pregoeiro (a) e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 7.5.1. **O lance** deverá ser ofertado pelo **valor total do lote**.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
  - 7.6.1. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início da fase de lances.
  - 7.6.2. Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o Pregoeiro autuará processo administrativo para apenação da (s) licitante (s) convocada (s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei n.º 10.520/2002.
  - 7.6.3. Considerar-se-á decisivo para fins de classificação o uso da terceira ou quarta casa decimal que resulte em diferença inferior a R\$ 0,01 (um centavo) em relação ao próximo colocado.
  - 7.6.4. Na hipótese acima, se o erro da licitante não influenciar na classificação final do certame, e a empresa vier a ser convocada para a apresentação da proposta, a casa decimal excedente deverá ser excluída quando do envio da documentação, sendo que o (a) Pregoeiro (a) efetivará o ajuste no Sistema como procedimento de negociação do preço.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (Um) real.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempos superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor preço por lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei n.º 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- 7.26.1. Prestados por empresas brasileiras;
- 7.26.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.26.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das prevista deste Edital.
  - 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.30. Será assegurado o direito de preferência previsto no seu art. 3º, conforme procedimento estabelecido nos art.s 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
  - 7.30.1. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto n.º 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

## 8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto Federal n.º 10.024/2019.
- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final.
- 8.3. Nos casos de emprego de mão de obra tercerizada, conforme modelo descrito no Anexo VII-D da IN 05, de 25 de maio de 2017 e demais critérios estabelecidos Termo de Referência, anexo a esse Edital.
- 8.4. A **Proposta de Preços** deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.5. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da proposta não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

- 8.6. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 05/2017, que:
- 8.6.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.6.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.6.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.6.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n.º 1455/2018-TCU-Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.6.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.6.4.1.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 05, de 2017, com vistas também na Súmula 262 TCU, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.6.1 A inobservância do prazo fixado pelo (a) Pregoeiro (a) para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a recusa da proposta.
- 8.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.8.1. A inobservância do prazo fixado pelo (a) Pregoeiro (a) para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a recusa da proposta.
- 8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.9 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

- 8.9.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as propostas de preços readequadas com o valor final ofertado.
- 8.10 Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.11 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados no modelo de proposta com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.12 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art.s 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9 DA HABILITAÇÃO**

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria – Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos –

CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
    - 9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
  - 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
  - 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018.
  - 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
  - 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
  - 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto Federal n.º 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá- los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo

aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto do item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação.

#### **9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de

1943;

- 9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, considerando a forma que segue:
  - a) **Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento;
  - b) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em **processo judicial eletrônico**, com data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento, na comarca onde existir.
    - b.1) Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não **abranger** ou não **referenciar** os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do §3º do art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/1993, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos em 1º e 2º Grau de jurisdição.
- 9.10.2. **Balanco Patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
  - 9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
  - 9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

---

Passivo Circulante

- a) Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento);
- b) Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticações no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.
- 9.10.5.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados.
- 9.10.5.1.1. Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;
- 9.10.5.1.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- 9.10.5.1.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006:
- 9.10.5.1.3.1. Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- 9.10.5.1.3.2. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 9.10.5.1.3.3. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 9.10.5.1.3.4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 9.10.5.2. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).
- 9.10.5.3. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.
- 9.10.6. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, conforme estabelecido no art. 31, § 3º da Lei n.º 8.666/93
- 9.11. **Qualificação Técnica:**
- 9.11.5. **Comprovação de aptidão** para o fornecimento de bens em **características, quantidades e prazos compatíveis** com o objeto desta licitação, ou com o item **pertinente**, por meio da Atestado



(s) de Capacidade Técnica fornecido (s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando ter executado 30 (trinta) por cento que do serviço objeto deste Termo de Referência, no qual seja possível atestar desempenho satisfatório e compatíveis em características e quantidades.

9.11.6. Para efeito comprobatório, só será (ão) aceito (s) como atestado (s) válido (s) aquele(s) que contenha (m) na sua descrição o trabalho realizado, o cliente e o período de realização dos mesmos.

9.11.7. Para fins de comprovação de prestação de serviço regular só será (ão) considerado (s) atestado (s) emitido (s) por clientes com contrato direto com a empresa licitante e/ou seu representante legal seja explicitamente nominado.

9.11.8. A empresa licitante deverá declarar que está ciente de que o Pregoeiro, em diligência, poderá exigir da licitante, a apresentação de procedimentos e documento que comprove a execução do objeto constante do atestado apresentado pela empresa participante, tais como cópias dos contratos e notas fiscais, referente aos atestados apresentados do certame em tela, sob pena de não cumprimento levar à inabilitação/desclassificação da empresa.

9.12. **Documentação Complementar:**

a) **Declaração** assinada pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, de cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição (ANEXO II);

b) **RG dos sócios e procuração.**

9.12. Facultado às licitantes que estejam cadastradas na Comissão de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, na data da licitação substituir a documentação exigida nos subitens 9.7, 9.8 e 9.9, pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, no qual constará que todos os documentos estejam dentro do prazo de validade, e que deverá ser entregue conjuntamente com todas as demais documentações exigidas e que não integrem o referido CRC;

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

- 9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art.s 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.19. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Expressar os valores unitário e total dos itens, em algarismos e por extenso.
- 10.1.3. Apresentar a proposta de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 10.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei n.º 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares

estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 11.5. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.
  - 11.5.1. O não conhecimento do recurso não impede o seu acolhimento na qualidade de petição.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
  - 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 14.1. Havendo garantia contratual para execução da presente contratação, bem como a exigência de conta vinculada, tais condições estarão previstos no Termo de Referência.

#### **15. DO TERMO DE CONTRATO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
  - 15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
  - 15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.3. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho através da secretaria demandante do processo licitatório, para que este delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.
- 15.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
  - 15.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 8.666, de 1993;
  - 15.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
  - 15.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos art.s 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos art.s 79 e 80 da mesma Lei.
- 15.5. O prazo de vigência da contratação e de eventuais prorrogações está discriminado no item 11 do Termo de Referência, anexo a esse Edital.
- 15.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei

n.º 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

- 15.6.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 15.6.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

- 16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual serão estabelecidas com fito no Termo de Referência, anexo a este Edital. Todavia, caso não haja previsão no edital e seus anexos, aplicar-se-ão as disposições legais e jurisprudenciais.
- 16.2. É atribuída à Administração a possibilidade de rescindir unilateralmente o contrato no final de cada período de 12 (dode) meses, caso a continuação do mesmo dele se demonstre desvantajosa.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a esse Edital.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a esse edital.

## **19. DO PAGAMENTO**

- 19.1. Poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a data de entrada da fatura devidamente atestada, no setor responsável da Secretaria.
- 19.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida entre a data referida no item 18.1 e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19.3. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

19.4. O pagamento será efetuado através de ordem bancária em favor da instituição bancária indicada pela CONTRATADA.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. Apresentar documentação falsa;

20.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. Não mantiver a proposta;

20.1.7. Cometer fraude fiscal;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.9. Falhar na execução do contrato;

20.1.10. Fraudar a execução do contrato.

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

- 20.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.
- 20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no item 7.4 do Termo de Referência.
- 20.13. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos ou secretaria demandante que faça parte do quadro institucional da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 21.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A **impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo **e-mail pregao@cabo.pe.gov.br** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço do rodapé, ambas as formas, dentro do prazo legal vigente, acompanhado de documento que legitime o signatário a representar a empresa licitante (procuração, contrato social), no horário das **08h00min às 14h00min**.

- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. A republicação do edital somente não será realizada se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.7. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos
- 21.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.8.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. O valor estimado para a presente licitação é de **R\$ 2.890.892,14 (dois milhões, oitocentos e noventa mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatorze centavos)**.
- 22.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 22.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [compras.gov.br](http://compras.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço [pregao@cabo.pe.gov.br](mailto:pregao@cabo.pe.gov.br), nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- Anexo I – Proposta de Preços (modelo);
  - Anexo II – Declaração de Atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF;
  - Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
  - Anexo IV – Minuta de Contrato;
  - Anexo V – Modelo de Procuração e Dados para Assinatura da Ata de Registro de Preços;
  - Anexo VI – Termo de Opção pelo Tratamento Diferenciado;
  - Anexo VII – Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
  - Anexo VIII – Declaração de Inexistência de Servidores;
  - Anexo IX – Termo de Referência.

Cabo de Santo Agostinho-PE, 22 de agosto de 2023.

**Jackson Gutemberg David dos Santos**  
Pregoeiro – Comissão Permanente de Licitação

**ANEXO I**

**Descrição do objeto e modelo de proposta de preços**

Conforme preconiza o art. 8º, inc. II do Decreto Federal n.º 3.555/2000, a Lei Federal n.º 10.520/2002, e, ainda a Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, o objeto deste certame licitatório será definido da seguinte forma: **Aquisição de fardamento escolar para os alunos da rede pública municipal de ensino**, nas quantidades estimadas e conforme descrito na tabela abaixo:

Valores de referência de responsabilidade da Secretaria Executiva de Logística, enviados anexos ao termo de referência através do Ofício n.º 247/2023-SME, devidamente autuado no processo.

PLANILHA AMPLA							
LOTE I							
EDUCAÇÃO INFANTIL							
ITEM	CATMAT /CÓDIGO PMCSA	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO MÉDIO		
					V.UNIT.	V.TOTAL	
1	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 4	UND.	3.414	R\$ 21,50	R\$ 73.401,00	
2	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 6	UND.	8.067	R\$ 21,50	R\$ 173.440,50	
3	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 4	UND.	3.414	R\$ 16,06	R\$ 54.828,84	
4	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 6	UND.	8.067	R\$ 16,06	R\$ 129.556,02	
5	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 4	UND.	3.414	R\$ 22,57	R\$ 77.053,98	
6	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 6	UND.	8.067	R\$ 22,57	R\$ 182.072,19	
<b>TOTAL</b>					<b>R\$</b>	<b>690.352,53</b>	

LOTE II							
ANOS INICIAIS							
ITEM	CATMAT /CÓDIGO PMCSA	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO MÉDIO		
					V.UNIT.	V.TOTAL	
1	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 8	UND.	4.512	R\$ 21,50	R\$ 97.008,00	
2	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 10	UND.	5.091	R\$ 21,50	R\$ 109.456,50	
3	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 12	UND.	5.610	R\$ 21,50	R\$ 120.615,00	
4	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 14	UND.	11.000	R\$ 21,50	R\$ 236.500,00	
5	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 8	UND.	2.256	R\$ 16,06	R\$ 36.231,36	
6	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 10	UND.	2.545	R\$ 16,06	R\$ 40.872,70	

7	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 12	UND.	2.805	R\$ 16,06	R\$ 45.048,30
8	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 14	UND.	5.500	R\$ 16,06	R\$ 88.330,00
9	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 8	UND.	2.256	R\$ 22,57	R\$ 50.917,92
10	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 10	UND.	2.545	R\$ 22,57	R\$ 57.440,65
11	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 12	UND.	2.805	R\$ 22,57	R\$ 63.308,85
12	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 14	UND.	5.500	R\$ 22,57	R\$ 124.135,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$</b>	<b>1.069.864,28</b>

LOTE III							
ANOS FINAIS E EJAI							
ITEM	CATMAT /CÓDIGO PMCSA	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO MÉDIO		
					V.UNIT.	V.TOTAL	
1	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO P	UND.	6.294	R\$ 16,06	R\$ 101.081,64	
2	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO M	UND.	5.935	R\$ 16,06	R\$ 95.316,10	
3	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO G	UND.	1.791	R\$ 16,06	R\$ 28.763,46	
4	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO GG	UND.	1.620	R\$ 16,06	R\$ 26.017,20	
5	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO EG	UND.	147	R\$ 16,06	R\$ 2.360,82	
6	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO P	UND.	6.294	R\$ 22,57	R\$ 142.055,58	
7	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO M	UND.	5.935	R\$ 22,57	R\$ 133.952,95	
8	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO G	UND.	1.791	R\$ 22,57	R\$ 40.422,87	
9	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO GG	UND.	1.620	R\$ 22,57	R\$ 36.563,40	
10	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO EG	UND.	147	R\$ 22,57	R\$ 3.317,79	
<b>TOTAL</b>					<b>R\$</b>	<b>609.851,81</b>	

LOTE IV							
EDUCAÇÃO INFANTIL							
ITEM	CATMAT /CÓDIGO PMCSA	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO MÉDIO		
					V.UNIT.	V.TOTAL	

1	487688	TÊNIS (EDUCAÇÃO INFANTIL)	PAR	5.741	R\$ 77,30	R\$ 443.779,30
2	150346	MEIA (EDUCAÇÃO INFANTIL)	PAR	11.482	R\$ 6,71	R\$ 77.044,22
<b>TOTAL</b>					<b>R\$</b>	<b>520.823,52</b>

<b>TOTAL GERAL DOS LOTES</b>	<b>R\$ 2.890.892,14</b>
------------------------------	-------------------------

Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus (CIF/Cabo de Santo Agostinho).

Solicitante/Processo - \_\_\_\_\_ / PMCSA-SME / 2023

Condições de pagamento -

Validade da proposta -

Prazo de entrega -

Fornecedor (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone/fax, etc.).

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

DATA ASSINATURA/CARIMBO

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII, ART. 7º, CF  
E INC. V, ART. 27 DA LEI 8666/93 E ALTERAÇÕES.**

**Processo:**

**Pregão:**

**Data:**

**Horário:**

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, declaro, para fins do disposto no inciso V, art. 27 da Lei Federal n.º 8666/1993 e suas alterações, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em horário de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (\_\_\_).

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_\_

DATA ASSINATURA/CARIMBO

**ANEXO III**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 135/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 076/PMCSA-SME/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/PMCSA-SME/2023**  
**UASG: 982357 (Compras.gov.br)**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_/2023**  
**VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES**

Aos \_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos da **PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**, sita à Rua Manoel de Queiroz da Silva, 145, Térreo, Torrinha, Cabo de Santo Agostinho – PE, telefone: (81) 3521-6619, através da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, CNPJ n.º **11.168.783/0001-33** por seus representantes nomeados e, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal n.º 8.883, de 9 de junho de 1994, e, das demais normas legais aplicáveis, em face a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 028/PMCSA-SME/2023, homologado(a) pelo(a) Secretário da Secretaria Municipal de Educação Sr.(a) Heberte Lamarck Gomes da Silva, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens discriminados abaixo/em anexo, tendo sido, os referidos preços oferecidos pela empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_./\_\_\_\_-\_\_\_\_, sediada à rua/avenida/etc. \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ município \_\_\_\_\_ – PE, representada pelo(a) seu(sua) sócio(a)/bastante procurador(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, brasileiro (a), \_\_\_\_\_ estado civil \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ profissão \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_-SSP/PE, inscrito(a) no CPF (MF) sob o n.º \_\_\_\_./\_\_\_\_-\_\_\_\_, no certame acima numerado. A sequência da classificação das empresas também consta no processo acima citado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** - Constitui o objeto do presente instrumento **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

**2.1** - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

**2.2** - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Secretaria solicitante não será obrigado a adquirir o produto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá ainda, cancelar a Ata de Registro de Preços, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**2.3** - Administração Municipal não poderá em hipótese alguma adquirir quantitativos superiores aqueles registrados para o item licitado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante o prazo de sua vigência, por qualquer

órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado da Licitação, desde que autorizados pela Prefeitura de Cabo de Santo Agostinho.

**3.2** - Para fins de adesão à Ata de Registro de Preços, por órgãos não participantes do certame, que será originada deste processo licitatório, o quantitativo máximo permitido para esta adesão será o dobro do quantitativo licitado de cada item e não poderão exceder por órgão ou entidade a cinquenta por cento, de acordo com o § 3º e 4º, art. 22 do Decreto Municipal n.º 1.873/2020.

**3.3** - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na proposta, de acordo com a respectiva classificação do Pregão Eletrônico n.º xxxxxxxxxxxx/2023.

**3.4** - Em cada fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n.º xxxxxxxxxxxx/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, como se nele estivesse transcrito.

**3.5** - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Eletrônico n.º xxxxxxxxxxxx/2023 pelos licitantes detentores da presente Ata de Registro de Preços, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA DOS MATERIAIS

**4.1** - O local de entrega é exclusivamente a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, localizada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Cabo de Santo Agostinho de 08h00min às 15h00min, de segunda a sexta-feira, conforme agendamento prévio.

5.6. Não será aceito entrega de materiais em feriados nacionais, locais, ou finais de semana, exceto casos previamente autorizados pela Secretaria solicitante.

**4.2** - A Secretaria responsável fará o pedido de **forma parcelada** dos itens, sendo o prazo de entrega de até **xx (xxxxx) dias xxxxxxxx**, a partir da data da comunicação à CONTRATADA da ordem de serviço, após a liberação da nota de empenho mediante agendamento prévio do e-mail xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

**4.3** - Os materiais serão recebidos conforme a seguir;

**4.4 - Provisoriamente:** Em até **xx (xxxx) dias xxxxxxxx** para efeitos de posterior verificação da conformidade dos itens. Para este recebimento será verificado o atendimento das especificações, quantidades, qualidade, cumprimento dos prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo de **xx (xxxx) dias xxxxxxxx**, a partir da data da comunicação a contratada para sua correção, tal recebimento será mediante recibo datado e assinado pelas partes

**4.5 - Definitivamente:** após o recebimento provisório, para a verificação das especificações conforme termo de referência, bem como o estado geral dos mesmos, e consequente à aceitação pela Contratante no prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir da entrega provisória.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

**5.1** – Poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a data de entrada dos bens licitados no setor responsável da Secretaria.

**5.2** – **Mais condições de pagamento no termo de referência.**

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**6.1** - O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante o recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento pelo fornecedor.

**6.2** - O CONTRATADO ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

**6.3** - Se a qualidade do fornecimento não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 028/PMCSA-SME/2023 que precedeu à presente Ata de Registro de Preços, a realização do fornecimento rejeitado será informado ao contratado, para substituição imediata, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

**6.4** - Cada fornecimento realizado deverá ser efetuado mediante solicitação da Secretaria solicitante, através de emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

**6.5** - A cada fornecimento utilizado deverá ser entregue a Nota Fiscal correspondente.

**6.6** - A empresa contratada, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento feita pela requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente o acompanhar, a data e a hora em que o recebeu, além da identificação de quem o recebeu.

**6.8** - A cópia da Ordem de Fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a requisitante, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

6.8 - A contratada deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação apresentadas durante o certame licitatório.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES**

**7.1** - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, sem justificativa aceita pela Secretaria solicitante, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora no percentual correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do item e/ou global contratado e, não executado, por dia de atraso, na execução do serviço;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do item e/ou global contratado, e ainda não executado, pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**7.2** - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n.º. 8.666/93 e alterações, inclusive responsabilização do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**7.3** - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação.

**7.4** - O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente na Secretaria solicitante, em favor do licitante vencedor.

**7.5** - Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**7.6** - As multas, e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência



administrativa, mediante ato da Administração Municipal, devidamente justificado.

**7.7** - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**7.8** - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e ampla defesa.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

**8.1** - Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula Segunda, da presente Ata de Registro de Preços, e, em atendimento ao que determina o § 1º, art. 28, da Lei Federal n.º 9.069, de 29.06.1995 e demais legislação pertinente, é vedado qualquer repactuação de preços.

**8.2** - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustamento em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

### **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1** - O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pelo Secretaria

interessada, consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes.

**9.2** - Nos termos do que dispõe a Lei n.º 8.666, de 1993, será fiscal da Ata de registro de Preços, como representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, o servidor do município, o servidor Sr. **XX**.

**9.3** - A cada fornecimento será emitido recibo nos termos das alíneas “a” ou “b”, inciso II, do art. 73 da Lei n.º. 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração quando:

**10.1.1** - Automaticamente:

**10.1.1.1** - Por decurso de prazo de vigência;

**10.1.1.2** - Quando não restarem fornecedores registrados;

**10.1.2** - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

**10.1.3** - A detentora não retirar o pedido de compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

**10.1.4** - A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

**10.1.5** - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

**10.1.6** - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**10.1.7** - Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração; e

**10.1.8** - Elas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

**10.2** - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos na **Cláusula Décima**, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem

ao registro de preços.

**10.3** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

**10.4** - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na **Cláusula Sétima**, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** - Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 00x/xxx/2023 e a proposta do licitante vencedor, como se aqui estivessem transcritos.

**11.2** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei n.º 8.666/1993, alterada pela Lei Federal n.º 8.883/1994, e demais normas aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO FORO**

**12.1** - As questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo Foro da comarca da cidade do Cabo de Santo Agostinho – PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cabo de Santo Agostinho-PE, \_\_ de \_\_ de 2023.

XX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CONTRATANTE: Município do Cabo de  
Santo Agostinho**

**CONTRATADA:**

**FISCAL DA ATA/CONTRATO:**

**TESTEMUNHA:**

**TESTEMUNHA:**

**CPF/MF:**

**CPF/MF:**

**ANEXO IV**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 135/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 076/PMCSA-SME/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/PMCSA-SME/2023**  
**UASG: 982357 (Compras.gov.br)**  
**MINUTA DO CONTRATO N.º \_\_\_\_/2023**  
**VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES**

**CONTRATO DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO  
AGOSTINHO E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, NA  
FORMA ABAIXO:**

O MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Manuel Queiroz da Silva, n.º 145, térreo, Torrinha, Cabo de Santo Agostinho/PE, através da **Secretaria Municipal de xxxxxxxx**, neste ato representado sua Secretário (a), **xxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileira, **xxxxxxxx**, portadora da Cédula de Identidade sob o n.º **xxxxxx** - SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º **XXXXXXXX**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXX**, **XXXXXX**, **XXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXX**, Fone: **(XX) XXXX-XXXX**, E-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXX**, representada por seu procurador (a) **XXXXXXXXXXXXXXXX**, portadora da cédula de identidade n.º **XXXXXX** SDS/PE e inscrito no CPF/MF sob o n.º **XXXXXXXX**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com o Pregão Eletrônico n.º **XXX/PMCSA-SME- /2023** e mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.2** Constitui objeto deste instrumento o contrato de aquisição **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros alocados para a realização da presente contratação são oriundos desta edilidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

O preço total ora contratado é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

**Parágrafo Primeiro** - Para fazer face à presente despesa foi emitida a Nota de Empenho n.º **xxx/2023** datada no dia **xx** de **xxxxxx** de 2023, no valor de **R\$ XXXXX (XXXXXXXX)**, ficando o saldo restante a ser empenhado no decorrer do exercício financeiro.

**Parágrafo Segundo** - O valor estipulado na presente Cláusula não implica em previsão de crédito para a **CONTRATADA**, que somente fará jus aos valores referentes ao produto efetivamente fornecido.

**CLÁUSULA QUARTA – PRAZO**

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura entre as partes, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA QUINTA – REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

Deverá ser entregue no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Secretaria Executiva de Logística, e no seguinte endereço: Rodovia BR 101 Sul, nº 5.225, Galpão 7, Módulo 3, Cabo de Santo Agostinho/PE.

**Parágrafo Primeiro** - Será de acordo com as necessidades da Secretaria solicitante, e conforme Termo de Referência do Pregão Eletrônico n. 0xx/xxxx/2023.

**Parágrafo Segundo** - Nos preços contratados encontram-se incluídos todas as despesas decorrentes de fretes, seguros, taxas, impostos e encargos sociais que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o custo do objeto ora contratado.

**Parágrafo Terceiro** - Nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, a Secretário (a) Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, designa o **XXXXXXXXXX**, telefone (xx) xxxx-xxxx para ser a responsável pela fiscalização do Contrato, informando à CONTRATADA, previamente, através de comunicação escrita, os nomes destes servidores.

**Parágrafo Quarto** - A empresa deverá realiza as entregas através de um recibo de acordo com a solicitação da Secretária Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx onde a cada quinzena deverá ser emitido um relatório pela empresa contratada, especificando os locais de entrega, quantidade correspondente a cada solicitação e a quantidade total de cada pacote de fralda fornecido. Este relatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, devidamente atestado (datado com assinatura legível e carimbo do responsável pelo recebimento) para que seja providenciado o pagamento corresponde ao devido fornecimento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

Poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a data de entrada da entrega do bem licitado no setor responsável da Secretaria.

**Parágrafo Primeiro** - A Fatura discriminativa deverá ser encaminhada à Secretaria solicitante a partir do primeiro dia útil posterior ao fornecimento para visto e atesto do setor competente, prorrogando-se o prazo de pagamento, sem ônus ou acréscimos, na mesma proporção de eventual atraso ocorrido no encaminhamento da Fatura.

**Parágrafo Segundo** - Nenhum pagamento será efetuado à empresa CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito ao reajustamento de preços ou à correção monetária.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**Parágrafo Primeiro** - Prestar a CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços.

**Parágrafo Segundo** - Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Parágrafo Primeiro** - O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante o recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento pelo fornecedor.

**Parágrafo Segundo** - O CONTRATADO ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste Contrato, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

**Parágrafo Terceiro** - Se a qualidade do fornecimento não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 00x/xxx/2023 que precedeu à Ata de Registro de Preços, a realização do fornecimento

rejeitado será informando ao contratado, para substituição imediata, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Quarto** - Cada fornecimento realizado deverá ser efetuado mediante solicitação da Secretaria solicitante, através de emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

**Parágrafo Quinto** - A cada fornecimento utilizado deverá ser entregue a Nota Fiscal correspondente.

**Parágrafo Sexto** - A empresa contratada, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento feita pela requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente o acompanhar, a data e a hora em que o recebeu além da identificação de quem o recebeu.

**Parágrafo Oitavo** - Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O valor do Contrato não sofrerá qualquer reajuste antes de 12 (doze) meses. Ocorrendo alteração das condições econômicas fundamentais será assegurada a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento da Contratada e com comprovação documental, que serão analisados de acordo com o que estabelece o art. 65, em seu inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES

De conformidade com o art. 86, da Lei Federal n. ° 8.666/1993 e suas alterações, em caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total do compromisso assumido com a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes sanções, cumulativamente ou não:

- e) Multa de mora no percentual correspondente a 0,2% (dois décimos por cento), do valor do item e/ou global contratado e, não executado, por dia de atraso, na execução do serviço.
- f) Multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do item e/ou global contratado, e ainda não executado, pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma da legislação pertinente;
- g) Advertência por escrito;
- h) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- i) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro** - A cobrança de multa será feita mediante desconto na Fatura, ou, não sendo possível obter o seu valor, judicialmente.

**Parágrafo Segundo** - As multas de que tratam esta Cláusula serão entendidas como independentes e cumulativas.

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de rescisão por qualquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal n. ° 8.666/1993, desde que cabíveis à presente contratação, será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, sem prejuízo da penalidade a que alude a letra “c” do *caput* desta Cláusula.

**Parágrafo Quarto** - Na aplicação de qualquer sanção será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa, devendo qualquer contestação sobre a aplicação de penalidades ser feita por escrito.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, nos casos enumerados no art. 78, e na forma prevista no art. 79, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, incidindo sobre a CONTRATADA as sanções estabelecidas em lei e no presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão contratual motivada por culpa da CONTRATADA, garantida a prévia defesa, acarretará em multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, independente das sanções dispostas no presente instrumento, e independente das demais sanções civis e penais cabíveis.

**Parágrafo Segundo - RESCISÃO BILATERAL** – Ficará o presente Contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos dos incisos XIII a XVI, do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações.

**Parágrafo Terceiro** - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art.77 da Lei 8.666, de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 1993 e normas e princípios gerais dos Contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO**

As partes elegem o foro da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, como único competente para conhecer e dirimir qualquer ação ou execução oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Cabo de Santo Agostinho-PE, \_\_ de \_\_ de 2023.

XX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CONTRATANTE: Município do Cabo de  
Santo Agostinho**

**CONTRATADA:**

**FISCAL DA ATA/CONTRATO:**

**TESTEMUNHA:**

**TESTEMUNHA:**

**CPF/MF:**

**CPF/MF:**

**ANEXO V**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO**

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, com poderes para conferir mandato, vêm pela presente, outorgar ao Sr. \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão/cargo), portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, inscrito no CPF (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, **com poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias**, com o Município do Cabo de Santo Agostinho.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DATA ASSINATURA/CARIMBO

- Obs.: 1 - A credencial para participação no certame e a procuração para firmar compromisso só terão validade com firma reconhecida; e
- 2 - O campo relativo aos “dados do sócio responsável” só precisa ser preenchido caso não tenha sido estabelecido procurador para assinar o contrato.

**ANEXO VI**  
**TERMO DE OPÇÃO PELO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO INSTITUÍDO  
PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006 E ALTERAÇÕES**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, Identidade n.º \_\_\_\_\_ Expedida pelo(a) \_\_\_\_\_, na forma de Representante Legal da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_ declaro para fins de comprovação ao processo licitatório n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_/2023, pertinente ao PREGÃO ELETRÔNICO n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_/2023, que não incidimos nas vedações impostas no § 4º e que atendemos às exigências dos incisos I e II, tudo do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, e que consequentemente a nossa empresa é considerada como Microempreendedor Individual – MEI ou Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme documentação comprobatória em anexo.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_\_

DATA ASSINATURA/CARIMBO

- OBS:**
- 1 - As empresas não optantes do Simples Nacional deverão juntar toda a documentação necessária para comprovação de atendimento às exigências da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações; e.
  - 2 - Todas as empresas interessadas em gozar dos privilégios estabelecidos na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, optantes do Simples Nacional ou não, deverão apresentar no credenciamento o balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com os termos da lei, para a verificação do atendimento às exigências da LC supracitada



**ANEXO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

\_\_\_\_\_ **identificação completa do representante** \_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído de \_\_\_\_\_ **identificação completa da licitante** \_\_\_\_\_, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no subitem 6.7.2 do **Edital do Pregão Eletrônico N° \_\_\_\_/2023**, declara sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente **razão social** \_\_\_\_\_, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital do Pregão Eletrônico N° \_\_\_\_/2023**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital do Pregão Eletrônico N° \_\_\_\_/2023**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital do Pregão Eletrônico N° \_\_\_\_/2023** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital do Pregão Eletrônico N° \_\_\_\_/2023** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_\_

DATA ASSINATURA/CARIMBO

**ANEXO VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES**

A empresa (razão social), CNPJ n.º \_\_\_\_\_ com sede (endereço completo) em cumprimento ao Edital \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro ou de pessoal, qualquer servidor efetivo, comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais ou administrativas.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DATA ASSINATURA/CARIMBO

## ANEXO IX TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO:

Registro de preços pelo prazo de 12 meses para eventual aquisição de fardamento escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

### 2. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES:

Especificações do objeto e quantidades por modalidade de ensino conforme **Anexo I, Anexo II e Anexo III**, deste Termo de Referência.

### 3. DO VALOR ESTIMADO:

A estimativa do valor da contratação dos itens descritos no objeto do certame será obtida através de planilha comparativa de preço a ser realizada pela Secretaria Executiva de Logística – SELOG, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.545, de 24 de março de 2017.

### 4. DA JUSTIFICATIVA:

O presente processo licitatório será utilizado para aquisição de materiais indispensáveis às atividades das escolas municipais, bem como o melhor atendimento aos alunos da Rede Municipal de Ensino no que se refere a uma educação de qualidade.

Os itens adquiridos visam garantir também, de forma igualitária, a todos os estudantes o acesso aos materiais escolares – uniformes, necessários para o aprendizado e desenvolvimento pessoal qualificado, abastecendo a necessidade de cada aluno.

A quantidade do material licitado se baseia no número de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino que compõem o quadro de servidores em 2023, com proposta de fornecimento dos itens em um período de 12 meses.

Ainda, tendo em vista as novas matrículas de alunos à Rede Municipal de Ensino, faz-se necessário uma margem de 10% sobre o total de cada item.

### 5. DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

12 (doze) meses contados da sua assinatura e com obediência aos créditos orçamentários, nos termos do art. 15, § 3, inciso III, da Lei de Licitações.

### 6. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

6.1. Deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Secretaria Executiva de Logística, e no seguinte endereço: **Rodovia BR 101 Sul, número 5.225, Galpão 7, Módulo 3, Cabo de Santo Agostinho/PE.**

6.2. A CONTRATADA será responsável pela entrega dos materiais prontos para distribuição e em perfeito estado no local de entrega indicado, sendo separados e acondicionados pelas modalidades de ensino.

6.3. Os itens devem estar acomodados de forma a não comprometer sua estrutura física e, conseqüentemente, seu uso, funcionalidade e qualidade, bem como evitar desperdícios de material.

6.4. Todos os itens ofertados deverão ser de 1ª linha que atendam a excelentes padrões de qualidade, produzidos em conformidade com as normas aplicáveis, sempre que possível, de fabricantes com certificação

em padrões de qualidade.

**6.5. Do recebimento provisório:** ocorrerá por ocasião da correta entrega do objeto contratado no local indicado neste Termo de Referência (item 6.1), acompanhada da assinatura do servidor responsável pelo recebimento no canhoto da nota fiscal / fatura ou documento equivalente.

**6.6. Do recebimento definitivo:** O documento que atesta o recebimento do material em conformidade com os requisitos indicados neste Termo de Referência será gerado, considerando-se:

a) Caso satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento definitivo, que também pode ser suprido pelo ateste do servidor responsável pelo recebimento do material no verso da nota fiscal / fatura.

b) Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o material será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de até 10 (dez) dias corridos, quando se realizarão novamente as verificações constantes desta Seção. A CONTRATADA obriga-se a retirar o bem rejeitado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após comunicação do Município, às suas expensas e sem ônus para o Município.

c) Caso a substituição não ocorra em até 10 dias corridos, ou caso o novo material entregue seja também rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, no Edital e no que dispõem as leis aplicáveis às licitações.

d) Os custos da substituição do material rejeitado correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

e) O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta inexecução do objeto contratado, inclusive o desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo.

**6.7.** À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**6.8.** O Município recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Termo de Referência.

**6.9.** O prazo a que se refere ao item 6.6 não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

**6.10.** A CONTRATADA obriga-se a entregar os produtos com a estampa na melhor das condições, considerando a qualidade da tintura utilizada, qualidade da impressão, posicionamento e entre outras observações.

**6.11.** O não atendimento ao especificado no subitem anterior (6.10.) a Contratada estará sujeita ao que dispõe os subitens 6.5, 6.6 e seguintes, acerca do recebimento provisório e definitivo.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**7.1.** Em virtude da necessidade de padronização dos itens ofertados nos lotes, conforme Anexo I, deste Termo de Referência, não haverá Cota Reservada para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 49, inciso 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

## **8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por lote.

## **9. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO:**

**9.1** A CONTRATADA sujeitar-se-á à fiscalização da autoridade competente, encarregada do

acompanhamento e da execução do objeto contratado;

9.2. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pela contratante, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pelo não atendimento do fornecimento do objeto licitado;

9.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho.

9.4. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a Ata em nome da empresa;

9.5. Nos termos do que dispõe a Lei nº 8.666, de 1993, será designado Gestor, o servidor do Município, Sr. SÍLVIO ANDERSON DO NASCIMENTO MELO, Secretário Executivo de Gestão de Rede, E-mail: silviobioenf@gmail.com, telefone: 3521-6732.

9.6. Nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, fica designado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto contratado o Sr. Carlos Alberto Mendes de Barros, Matrícula: 22317, E-mail: carlosambarross@gmail.com, telefone: 3521-6745.

## **10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

Poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a data de entrada da fatura devidamente atestada, no setor responsável da Secretaria.

## **11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

11.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente.

11.3. Pela CONTRATADA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a ocorrência caso fortuito ou de força, desde que aceitos pela Administração.

11.3.1. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela Prefeitura.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

12.1. O licitante adjudicatário deverá assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da convocação;

12.2. A Ata de registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.3. Da Ata de Registro de Preços poderá ser celebrado contrato entre a Contratante e a Contratada, a critério da Administração Pública Municipal e observado o interesse público.

12.3.1. A Prefeitura convocará a Contratada para a assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da convocação.

12.3.2. O possível contrato resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Contratada se obriga a garantir o objeto e os preços registrados;

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Exercer a fiscalização quanto ao fornecimento do objeto licitado;

Encaminhar a liberação de pagamento da fatura desta aquisição;

Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material fora do nível de qualidade estabelecido pela CONTRATANTE.

Fiscalizar a quantidade e qualidade do produto, não aceitando equipamentos com qualidade inferior à contratada;

Atestar a Nota Fiscal/Fatura (Artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e artigo 63 da Lei nº 4.320/64).

### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

14.1. Entregar os bens, objeto desta licitação de acordo com o estabelecido no Termo de Referência;

14.2. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos bens previstos no objeto desta licitação;

14.3. Prestar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto aos bens adquiridos;

14.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Ata e/ou Contrato sem prévia anuência da CONTRATANTE;

14.5. Responsabilizar-se por todos os custos e despesas relativas à execução do objeto contratado.

14.6. Substituir os itens que apresentarem vício oculto ou aparente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da comunicação.

14.7. Apresentar a NOTA FISCAL na entrega do material.

14.8. O atendimento deverá ser efetuado no local em que se encontram os objetos, conforme prévio ajuste de horário com a Administração Pública Municipal.

14.9. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação já exigidas na documentação pertinente atualizada, comunicando a CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

14.10. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos produtos objeto da Ata de Registro de Preço e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE.

14.11. Ocorrendo mudanças de endereço/telefones, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, ficará obrigada a informar ao GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO com antecedência.

14.12. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os produtos que não estejam de acordo com as condições estabelecidas, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes da Ata de Registro de Preço.

14.13. Assumir todo e qualquer prejuízo causado direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrente da execução do objeto deste Ata de Registro de Preço.

## 15. DAS PENALIDADES:

15.1. A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência;

b) Multa, nos seguintes termos:

b.1) pelo atraso no fornecimento executado, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor do fornecimento, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);

b.2) pela recusa em executar o fornecimento, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento ou serviço;

b.3) pela demora em corrigir falha no fornecimento ou em substituir o material, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor contratado, por dia decorrido;

b.4) pela recusa em corrigir as falhas no fornecimento ou em substituir o material, entendendo-se como recusa o não fornecimento ou substituição do material, nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor contratado;

b.5) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor da parcela a ser cumprida, para cada evento.

c) Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.2. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município do Recife ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

15.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

15.4. As sanções previstas nos itens "c" e "d" desta cláusula também poderão ser aplicadas ao fornecedor que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

15.5. Decorrido o prazo de defesa sem que o fornecedor se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, o mesmo será notificado a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente. Uma vez recolhida a multa, e na hipótese de vir o fornecedor a lograr êxito em recurso que apresentar, o contratante devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.6. A aplicação das sanções acima não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos.

## 16. DAS EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:

16.1. Será necessário a apresentação de amostras de todos os itens do lote arrematado pelas licitantes a fim de que seja verificado, além da qualidade do produto, o atendimento às especificações deste Termo de Referência, nos termos do disposto no **subitem 6.6.**, observado ainda o seguinte:

16.2 A oficialização da classificação dos itens, ficará condicionada à aprovação de amostra, a ser analisada

pela Secretaria Municipal de Educação, sendo que além da especificação, será critério de análise a QUALIDADE;

16.3 A empresa provisoriamente vencedora, classificada em primeiro lugar deverá entregar 01 (uma) amostra de TODOS os produtos que arrematar, na Comissão Permanente de Licitações - CPL, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** depois de realizado o certame, processado conforme a seguir:

- a) **As amostras deverão vir identificadas com o nome da empresa proponente e o número do item;**
- b) A Secretaria Municipal de Educação fará avaliação das amostras, com base nas especificações técnicas constantes no anexo I deste Termo de Referência, em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar a partir da data de entrega das amostras.
- c) Visando a celeridade do processo, caso a amostra do licitante classificado em primeiro lugar não atenda às especificações, poderá ser convocado mais de um licitante para apresentar amostras, seguindo a análise na ordem de classificação.
- d) O parecer final da Secretaria Municipal de Educação será entregue à Comissão Permanente de Licitação - CPL em até 02 (dois) dias úteis depois de findado o prazo de avaliação das amostras, quando será oportunizado as licitantes o acompanhamento do exame final.
- e) Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- f) Na hipótese de dúvida quanto às amostras, poderá ser solicitado laudos ou quaisquer outros documentos suplementares a fim de verificar o atendimento aos requisitos deste Termo de Referência, bem como a qualidade dos produtos. Os custos decorrentes destas exigências suplementares serão da responsabilidade da empresa arrematante.
- g) As amostras de todos os licitantes serão retidas, para posteriores análises pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, não podendo, em tempo algum, ser devolvida ao licitante arrematante.
- h) As amostras do(s) vencedor(es) ficarão depositadas no setor recebimento do material (Logística) da Secretaria Executiva de Logística para confronto destas com os materiais efetivamente entregues.

16.4 A não entrega das amostras dentro do prazo e da forma prevista neste Termo de Referência, implicará na desclassificação da Licitante no item correspondente.

## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Projeto/Atividade: 30100.12.244.108.2.191 – DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR

Despesa 294 – 3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Fonte de Recursos: 1 – Recursos Ordinários Não Destinados a Contrapartida

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

18.1. A CONTRATADA é responsável pelo transporte e entrega do objeto contratado no endereço indicado na forma do item 6 deste Termo de Referência.

18.2. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

18.3. A CONTRATADA da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Prefeitura do Município de Cabo de Santo Agostinho, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

18.4. As interessadas devem ter pleno conhecimento de todas as disposições deste Termo de Referência, Edital Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, não podendo invocar nenhum desconhecimento como impeditivo do



cumprimento de sua proposta ou de perfeito cumprimento da Ata.

18.5. Os ajustes, suas alterações e rescisão deverão obedecer ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

18.6. Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante toda a execução do objeto da Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação conforme Artigo 55 Inciso XIII da lei nº 8.666/93 e suas alterações.

18.7. A presente licitação, bem como a Ata de Registro de Preços dela decorrente, subordinam-se às disposições contidas na Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações subsequentes.

#### **19. ANEXOS:**

- Planilhas;
- Cotações.

**Alcides da Silva Santos Filho**  
Superintendencia de Gestao e Finanças  
Matricula 22.315

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA  
DESCRIPTIVO E QUANTITATIVOS DAS PEÇAS**

<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>				
<b>ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND.</b>	<b>QUANT.</b>
1	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 4	UND.	3.414
2	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 6	UND.	8.067
3	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 4	UND.	3.414
4	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 6	UND.	8.067
5	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 4	UND.	3.414
6	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 6	UND.	8.067

<b>ANOS INICIAIS</b>				
<b>ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND.</b>	<b>QUANT.</b>
1	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 8	UND.	4.512
2	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 10	UND.	5.091
3	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 12	UND.	5.610
4	150346	BERMUDA UNISSEX TAMANHO 14	UND.	11.000
5	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 8	UND.	2.256
6	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 10	UND.	2.545
7	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 12	UND.	2.805
8	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO 14	UND.	5.500
9	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 8	UND.	2.256
10	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 10	UND.	2.545
11	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 12	UND.	2.805
12	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO 14	UND.	5.500

<b>ANOS FINAIS E EJAI</b>				
<b>ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND.</b>	<b>QUANT.</b>
1	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO P	UND.	6.294
2	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO M	UND.	5.935

3	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO G	UND.	1.791
4	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO GG	UND.	1.620
5	150346	CAMISETA REGATA TAMANHO EG	UND.	147
6	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO P	UND.	6.294
7	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO M	UND.	5.935
8	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO G	UND.	1.791
9	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO GG	UND.	1.620
10	430105	CAMISA MANGA CURTA TAMANHO EG	UND.	147

EDUCAÇÃO INFANTIL				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	487688	TÊNIS (EDUCAÇÃO INFANTIL)	PAR	5.741
2	150346	MEIA (EDUCAÇÃO INFANTIL)	PAR	11.482

#### 1- BERMUDA HELANCA UNISSEX

Bermuda confeccionada em helanca 100% POLIÉSTER, com gramatura entre 220 g/m<sup>2</sup> e 260 g/m<sup>2</sup> na cor Azul Royal Pantone 18-3949 TPX.

A cintura deverá possuir elástico com largura de 4,0 cm, embutido e rebatido em máquina de ponto corrente de quatro agulhas. As barras das pernas deverão ser rebatidas com largura de 2,0 cm em máquina galoneira de duas agulhas.

Costurado nas laterais uma faixa com 2,0 cm de largura acabada em helanca 100% POLIÉSTER gramatura 260 g/m<sup>2</sup>, conforme imagem.

Na perna esquerda deverá ser aplicada uma etiqueta termocolante de alta definição conforme imagem, contendo o brasão do município, para as peças de todos os tamanhos.

A peça deve ser costurada internamente em máquina overloque de 1 agulha com bitola de 0,5 cm, com linha 100% POLIÉSTER – 120. No meio do gancho traseiro, na parte interna da bermuda, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos / instruções de lavagem e tamanho. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, determinadas pela Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008. A calça deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes.

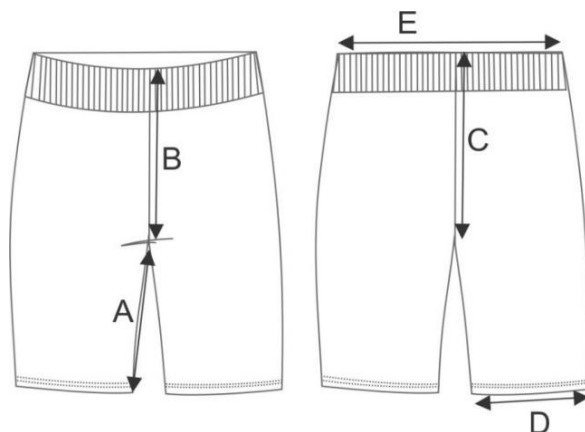


TABELA DE MEDIDAS - BERMUDA													
DESCRIÇÃO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	
A	ENTRE PERNAS	16	17	18	20	21	22	23	24	25	26	27	28
B	GANCHO FRENTE	22	23	24	26	27	28	29	30	31	32	33	34
C	GANCHO COSTAS	25	26	28	30	31	32	33	34	35	36	37	38
D	ABERTURA BARRA	18	19	20	22	23	24	25	26	28	30	32	33
E	CINTURA ELÁSTICO	23	24	26	28	29	30	31	32	33	34	37	39

A tolerância das medidas é de 1cm

## 2- CAMISETA REGATA

Camiseta regata confeccionada em meia malha, composição entre 50% e 52% POLIÉSTER e entre 48% e 50% ALGODÃO, com gramatura entre 165 g/m<sup>2</sup> e 170g/m<sup>2</sup> na cor Branca.

Gola redonda confeccionada em Retilínea 1x1 composição 100% ACRÍLICO, com largura de 3cm total na cor Azul Royal Pantone 18-3949 TPX, conforme imagem.

Cava confeccionados em retilínea 1x1 composição 100% ACRÍLICO, com largura de 3cm total na cor Azul Royal Pantone 18-3949 TPX, conforme imagem.

Barra do corpo rebatida em máquina galoneira de duas agulhas com largura de 2,0 cm.

Na frente da regata deverá possuir um silk conforme imagem.

No meio do peito esquerdo deverá ser aplicado uma etiqueta termocolante de alta definição conforme imagem, contendo o brasão do município, para as peças de todos os tamanhos.

A peça deve ser costurada internamente em máquina overloque de 1 agulha com bitola de 0,5 cm, com linha 100% POLIÉSTER – 120.

No meio das costas, na parte interna da regata, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos / instruções de lavagem e tamanho. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, determinadas pela Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008. A camiseta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes.

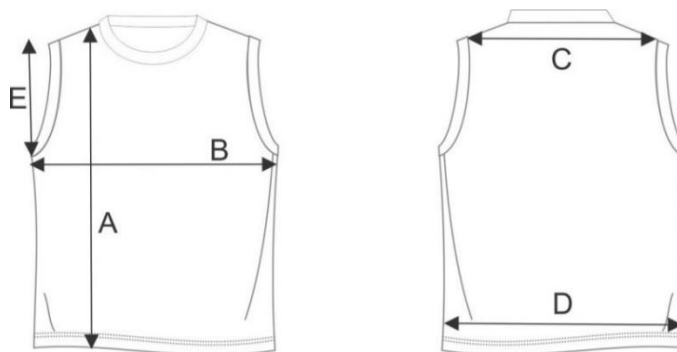


TABELA DE MEDIDAS - REGATA													
DESCRIÇÃO		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	COMPRIMENTO TOTAL	38	42	45	48	52	56	60	63	68,5	71	73,5	76
B	TORAX	30	32	34	36	38	40	42	44	52	54	56	58
C	OMBRO A OMBRO	23,6	25,2	26,8	28,4	30	31,6	33,2	34,8	44	46	48	50
D	BARRA	30	32	34	36	38	40	42	44	52	54	56	58
E	CAVA RETA	14,5	15,5	16,5	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22	23	24	25
A tolerância das medidas é de 1cm													

### 3- CAMISA MANGA CURTA

Camiseta manga curta confeccionada em meia malha, composição entre 50% e 52% POLIÉSTER e entre 48% e 50% ALGODÃO, com gramatura de entre 165 g/m<sup>2</sup> e 170g/m<sup>2</sup> na cor Branca.

Mangas confeccionada em meia malha, composição 67% POLIÉSTER e 33% VISCOSE, com gramatura de 160g/m<sup>2</sup> na cor Azul Royal 18-3949 TPX.

Gola redonda confeccionada em Retilínea 1x1 composição 100% ACRÍLICO, com largura de 3cm total na cor Azul Royal Pantone 18-3949 TPX, conforme imagem.

Barra do corpo rebatida em máquina galoneira de duas agulhas com largura de 2,0 cm.

Na frente da regata deverá possuir um silk conforme imagem.

No meio do peito esquerdo deverá ser aplicado uma etiqueta termocolante de alta definição conforme imagem, contendo o brasão do município, para as peças de todos os tamanhos.

A peça deve ser costurada internamente em máquina overloque de 1 agulha com bitola de 0,5 cm, com linha 100% POLIÉSTER – 120.

No meio das costas, na parte interna da camiseta, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos / instruções de lavagem e tamanho. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, determinadas pela Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008. A camiseta deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes.

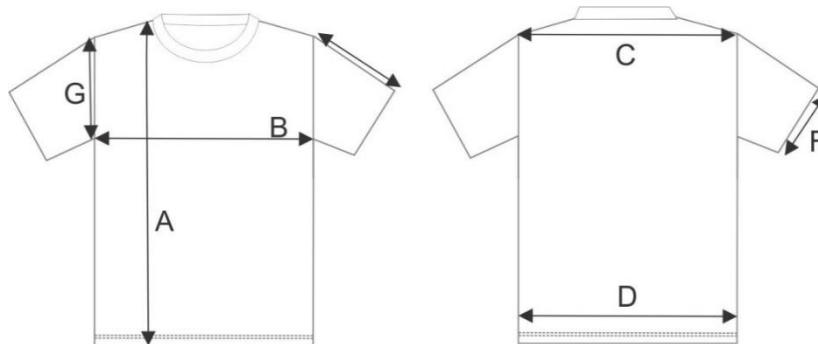


TABELA DE MEDIDAS - CAMISETA													
DESCRIÇÃO		2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	COMPRIMENTO TOTAL	38	42	45	48	52	56	60	63	68,5	71	73,5	76
B	TORAX	30	32	34	36	38	40	42	44	52	54	56	58
C	OMBRO A OMBRO	23,6	25,2	26,8	28,4	30	31,6	33,2	34,8	48	50	52	54
D	BARRA	30	32	34	36	38	40	42	44	52	54	56	58
E	COMPRIMENTO MANGA	11,5	12,5	13,5	14,5	15,5	16,5	17,5	18,5	19	20	21	22
F	BOCA MANGA	10,6	11,2	11,8	12,4	13,6	14,2	14,8	15,4	16	17	18	19
G	CAVA RETA	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
A tolerância das medidas é de 1cm													

#### 4- MEIA COLEGIAL

##### Meia escolar (unisex)

##### Objetivo

Esta especificação fixa as características mínimas exigíveis para confecção e aquisição da Meia Escolar Unisex do Uniforme Escolar.

Meia escolar tipo colegial com o calcanhar verdadeiro e a ponta da meia deverão ser na cor Azul Marinho (Pantone 194025 TPX). O corpo da meia deverá ser na cor Branco. Desenho: feito em jacquard, composto por duas listras de 3 mm nas Azul Claro (Pantone 117-4433TPX) e entre elas a escrita “Cabo de Santo Agostinho” na cor Azul Marinho (Pantone 19-4025 TPX). Punho jérsei (meia malha) com disposição de agulhas 1X1, onde uma tece e uma forma o canelado (aspecto = sanfona 1X1).

##### COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, ALONGAMENTO E ENCOLHIMENTO DA MEIA

- Gramatura: 190gr/m<sup>2</sup> mínimo;
- Composição: entre 60% e 63% algodão – 38% e 39% poliamida – 1% e 1,5% de elastodieno;
- Encolhimento/Alongamento Largura: -12%, no máximo.
- Encolhimento/Alongamento Comprimento: -12%, no máximo.

• Obs. Os resultados de encolhimento estão expressos por sinal + ou -, que significa (-) encolhimento – (+) alongamento.

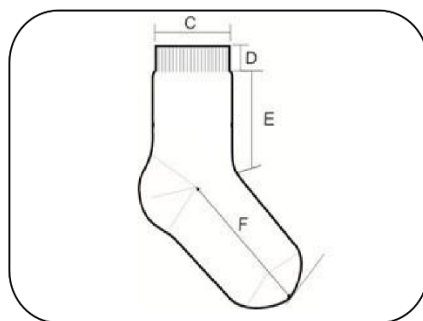
## FECHAMENTO DA PONTA

O fechamento deve ser feito em máquina remalhadeira.

- a) A costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não há rugas indesejáveis ou espessuras no tecido causando pressão nos dedos ou no peito do pé.

## DIMENSÕES

- a) Conforme tabela abaixo:



DIMENSÕES									
LEGENDA	DADOS	BB	PP	P	M	G	GG	XGG	Adulto
A	Tamanho do Calçado	14 a 17	18 a 21	22 a 25	26 a 29	30 a 33	34 a 37	38 a 41	42 a 45
B	Idade	1 e 2	3 e 4	5 e 6	7 e 8	9 e 10	11 e 12	13 e 14	15 a 18
C	Largura do Punho	6,0 cm	6,0 cm	6,5 cm	6,5 cm	6,5 cm	7,5 cm	7,5 cm	7,5 cm
D	Altura do Punho	1,5 cm	1,5 cm	1,5 cm	1,5 cm	2,0 cm	2,0 cm	2,0 cm	2,0 cm
E	Comprimento da Perna	5,0 cm	6,0 cm	7,0 cm	8,0 cm	9,0 cm	10,0 cm	11,0 cm	12,0 cm
F	Comprimento do Pé	7,0 cm	9,0 cm	11,0 cm	13,0 cm	16,0 cm	20,0 cm	22,0 cm	25,0 cm
*As medidas terão tolerância de 5% para mais ou para menos, desde que não altere a qualidade do produto.									

## ACABAMENTO E QUALIDADE

- a) As meias devem ser bem passadas de maneira que evidencie suas partes: biqueira, calcanhar e punho;
- b) A costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não gere rugas indesejáveis ou espessuras maiores no tecido, pois pode causar pressão nos dedos ou no peito do pé.
- c) As meias devem estar isentas de qualquer defeito que comprometa sua apresentação e uso;
- d) As meias não devem apresentar torção, costura mal-feita, pontas, dobras, franzidos, pontos falhados, rompidos ou soltos.

## EMBALAGEM

- a) Embalar dois pares de meia, por tamanho, em saco plástico transparente;
- b) Identificar o produto com uma etiqueta autocolante no saco plástico, sendo que as etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no Regulamento Técnico MERCOSUL sobre etiquetagem de Produtos Têxteis, determinadas pela resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008;

c) Na escrita, utilizar fonte padrão na cor preta, informando tamanho, composição e ano/semestre de fabricação.

### **LAUDOS DE LABORATÓRIOS ACREDITADOS PELO INMETRO**

METODO: NORMA 20/05 e 20A/05 DA AATCC e NBR 13538:1995/11914:1992, Laudo para Gramatura se aceita:

METODO: Determinação da gramatura de tecidos – NBR 10591/08. Laudo para encolhimento e alongamento se aceita:

METODO: NORMA 150/10 da AATCC – Variação Dimensional em peças confeccionadas nas Lavagens Caseiras Automáticas. Laudo para Solidez à Cor:

METODO: Têxteis – Solidez de Cor à Ação de Lavagem Doméstica (40°C) NBRISO 105 – C06:2010.

## **5. CALÇADO TIPO TÊNIS**

### **DO OBJETIVO**

Condições mínimas exigíveis para a padronização e o recebimento do calçado tipo tênis.



### **DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:**

Para aplicação desta especificação é necessária consulta a relação de normas que serão utilizadas na confecção e inspeção do CALÇADO TIPO TÊNIS:

### **EMBALAGEM:**

Embalado individualmente em embalagens plásticas e posteriormente em caixas coletivas com agrupamento máximo de 20 pares, devidamente etiquetadas.

### **AMOSTRAGEM:**

Deverão ser apresentadas em 15 dias úteis após a empresa ser declarada vencedora, sob pena de desclassificação, amostra do objeto em dois tamanhos distintos sendo eles: número 28(um par) e número 36(um par) atendendo plenamente as especificações técnicas deste descritivo, juntamente com as amostras deverão ser entregues todos os laudos solicitados (relacionados) demonstrando total compatibilidade do produto com o especificado nesse memorial, devendo eles serem realizados em laboratório acreditado pelo INMETRO (Indispensável e necessário apresentação de cópia simples do certificado de acreditação emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO, ou que tenham a chancela do mesmo). A ausência de algum item ou entrega em desacordo com o edital ficara a empresa automaticamente desclassificada, uma vez que não comprova capacidade de fabricação e ou qualidade do objeto.



## DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

*MODELO TÊNIS - COM AMARRAÇÃO EM CADARÇO NUERAÇÃO 22 AO 44 - A ESPECIFICAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS A SEGUIR DESCRITAS ESTÃO EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 16473 - CONFORTO EM CALÇADO ESCOLAR - REQUISITOS NORMAS E ENSAOS – PRIMEIRA EDIÇÃO 11/04/2016*

### Calçado tipo tênis.

Deve ser leve e resistente, apropriado para uso diário, caminhadas, corridas e esportes suaves, constituído por cabedal e solado, tendo como complemento obrigatório palmilha interna de acabamento e amortecimento. Não será admitido que o produto apresente defeito de fabricação e discordância visual.

### Cabedal

Parte superior do calçado, estando em contato direto com o pé do usuário tendo a finalidade de proporcionar estabilidade e conforto ao caminhar, constituído de várias peças:

**Peças em:** tecido duplo, tecido não tecido, forro, espuma, laminado sintético, atacador, unidas pelo processo de colagem, costuras e ou soldas eletrônicas. Todos os tecidos e laminados utilizados para a fabricação deverão estar isentos de defeitos e devem ser maleáveis. A modelagem do cabedal deve ser constituído pelas seguintes partes: reforço da gáspea, gáspea, lingueta, forro interno do traseiro e lingueta, espuma interna do colarinho e lingueta, laminados do contra forte, corpo do cabedal, vista do atacador, biqueira. Tubox do traseiro, couraça da biqueira, atacador, etiqueta da lingueta, palmilha de acabamento, palmilha de montagem. Obedecendo modelagem ilustrada na imagem abaixo. Peças sobrepostas não devem criar volume de material excessivo, resultando em desconforto ao caminhar e visual indesejado para o cabedal.

### Reforço da gáspea

Peça utilizada como base para sobreposição das demais peças que farão parte do cabedal. Constituído em material tecido não tecido 100% poliéster na cor preto ou cinza.

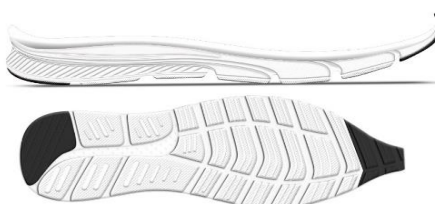
### Gáspea

Peça inicial que tem a finalidade de contribuir para com o visual e durabilidade do calçado. Constituída em tecido duplo (multifilamentos em 2D) na cor Azul celeste pantone 16-4535 TPX, composição 100% poliéster.

### Forro do traseiro e lingueta

Forro do traseiro: Peça com finalidade de dar acabamento interno ao calçado, proporcionando maior conforto ao caminhar. Confeccionado em tecido tipo colmeia na cor Azul MARINHO pantone 19-3920 tpx, composição 100% poliéster.

Forro da lingueta: Peça com finalidade de dar acabamento interno ao calçado, proporcionando maior conforto ao caminhar. Confeccionado em tecido tipo colmeia na cor Azul MARINHO pantone 19-3920 tpx,, composição 100% poliéster.



### **Espuma do colarinho e lingueta**

Espuma do Colarinho: Peça com finalidade de proporcionar conforto, ajuste e firmeza ao caminhar. Confeccionada em PU.

Espuma da lingueta: Peça com finalidade de proporcionar conforto, ajuste e firmeza ao caminhar. Confeccionada em PU.

### **Laminado do contra forte, corpo do cabedal, vista do atacador e biqueira**

Peças com finalidade de proporcionar acabamento ao cabedal e contribuir com armação do mesmo, proporcionando mais confiança ao caminhar. Contraforte, corpo do cabedal, vista do atacador e biqueira devem conter visual serigráficos na cor azul celeste 16-4535 tpx e branco, com tratamentos em alta frequência (conforme imagem), aplicado ao cabedal pelo processo solda eletrônica e costuras, onde o mesmo deverá conter a palavra educação (clara e legível). Confeccionada em laminado sintético na cor azul pantone 19-3920 TPX.

### **Tubox do traseiro**

Peça que tem a finalidade de proporcionar rigidez na parte traseira do cabedal, contribuindo na estabilidade do calçado e proporcionando maior segurança ao caminhar. Confeccionado em resina termoplástica, termo transferível.

### **Couraça da biqueira**

Peça que tem a finalidade de proporcionar maior rigidez a parte frontal do calçado, proporcionando maior segurança ao usuário contra atritos indesejados. Confeccionado em resina termoplástica, termo transferível.

### **Atacador**

Peça que tem a finalidade de ajustar o calçado ao pé do usuário para o uso (caminhada), proporcionando segurança ao caminhar. Confeccionado em cabos transados 100% poliéster formato chato com comprimento de acordo com cada numeração, na cor branco.

### **Etiqueta da Lingueta**

Peça que tem a finalidade de facilitar a identificação e ou procedência do usuário. Constituída em laminado sintético na cor azul pantone 19-3920 TPX, tratamento em alta frequência, conter de forma fixa o nome e brasão do órgão (tipo bolha) serigráfico ou impresso (conforme imagem) de dentro para fora para que não possa ser retirado ou apagado, com tratamentos em alta frequência e solda eletrônica, aplicada pelo processo de preparação e costura.

### **Palmilha de acabamento**

Peças que tem a finalidade de proporcionar maior conforto ao caminhar e de fácil higienização (removível). Confeccionada na sua parte superior em tecido ou não tecido na cor branco, unida a base pelo processo filme adesivo, e sua base em EVA (Etil, Vinil e Acetato).

### **Palmilha de Montagem (strobel)**

Peça que tem a finalidade de proporcionar aderência do cabedal a entressola, formando mais uma barreira física entre o pé do usuário e a solado. Confeccionada em tecido não tecido 100% poliéster na cor preto ou cinza.

### Solado

Será composto por uma entressola (parte superior) e uma soleta (parte inferior). O solado será protagonista para que o tênis apresente as características do estilo “running”, entretanto deverá atender aos requisitos desta descrição técnica, o material e o desenho da parte inferior devem proporcionar característica antiderrapante e canais que permitam escoamento de água e facilitem a limpeza, sendo esse mesmo desenho exposto a ilustração a baixo.

### A entressola

Peça localizada entre o cabedal e o solado, responsável por absorver impactos e estabilizar o movimento dos pés, peça única confeccionada em policloreto de vinila expandido na cor branco. Deverá ser isento de falhas e imperfeições, tais como bolhas de ar, rebarbas e deformações.

### Soleta

Peça localizada a baixo da entressola, responsável pelo contato direto com o solo, auxilia no amortecimento de impactos, na escoação de líquidos externos e na aderência do calçado, confeccionada em policloreto de vinila na cor preto.

## DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

### Materiais e Componentes

#### **Das amostras**

A **licitante classificada em primeiro lugar**, deverá apresentar uma amostra padronizada de cada item que compõem o lote, conforme especificações no prazo de 15 (quinze) dias úteis logo após (ato contínuo após fase de lances), para análise do atendimento às características de qualidade e segurança estabelecidos nos descritivos técnicos;

A avaliação das amostras tem como objetivo garantir e proporcionar segurança ao evitar-se fornecimento de bens com baixa qualidade e/ou sem correspondência com o edital, assim como demais trâmites desnecessários do processo – devolução da mercadoria, distrato, anulação de empenhos– sob custos e prazos que não se amoldam ao rito célere inerente da modalidade pregão, evitando-se potencial prejuízo aos alunos da rede de ensino no fornecimento dos uniformes escolares. Este procedimento visa verificar a conformidade das propostas com os requisitos do ato convocatório, observados as especificações técnicas e os parâmetros mínimos definidos no edital, as amostras deverão estar acompanhadas de laudos laboratoriais acreditados pelo Inmetro. Visando a celeridade do processo, caso a amostra do licitante classificado em primeiro lugar não atenda as especificações poderemos convocar mais de um licitante para apresentar amostras, seguindo a análise na ordem de classificação.

As amostras serão analisadas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, a fim de se determinar o pleno atendimento às exigências mínimas solicitadas no termo de referência;

Toda amostra deverá ser apresentada devidamente identificada, por intermédio de etiqueta ou processo equivalente, constando a denominação do concorrente e o número da licitação;

a Licitante classificada que não apresentar as amostras ou apresentá-las em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo, terá sua proposta desclassificada para efeito de julgamento; caso ache necessário afim de fundamentar melhor a análise o responsável pelo certame poderá solicitar laudos laboratoriais e um corte de 1,00 m2 dos tecidos utilizados na fabricação dos uniformes, os quais poderão novamente serem submetidos à análise laboratorial, a critério da Administração, no caso de dúvida da conformidade dos tecidos com as especificações técnicas exigidas;

As amostras deverão atender as especificações do edital, proporcionando condições de segurança e conforto, de forma a garantir o atendimento às normas do INMETRO, NBR 15778 – Segurança do Uniforme escolar e o Código de Defesa do Consumidor, podendo ser avaliado visualmente o modelo, acabamento, cor, costuras, textura, tecido, aviamentos que sejam divergentes das especificações técnicas, rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, construção do tecido visivelmente diferente do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos aparentes nos uniformes ou em seus insumos, inclusive proporcionalidade das medidas de acordo com as especificações, sendo aceitas como válidas as amostras que apresentem uma variação conforme especificado. A Administração poderá para tanto se utilizar de todos os meios legais existentes;

**LAUDOS DE LABORATÓRIO ACREDITADOS PELO INMETRO QUE COMPROVEM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS TECIDOS DOS ITENS QUE COMPÕEM OS KITS DE UNIFORMES.**

<b>MEIA MALHA – CAMISETAS E REGATAS</b>			
<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>NORMA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TOLERÂNCIAS</b>
<b>Composição (Análise Quantitativa e Qualitativa)</b>	<b>20/05 e 20A/05 DA AATCC OU NBR 13538:1995/11914:1992, respectivamente.</b>	<b>50% POLIÉSTER</b>	<b>+/- 3%</b>
		<b>50% ALGODÃO</b>	
<b>Gramatura</b>	<b>NBR 10591/08</b>	<b>170 gr/m<sup>2</sup></b>	<b>+/- 5%</b>
<b>Ligamento de malha trama</b>	<b>NBR 13460/95</b>	<b>Meia Malha</b>	<b>-</b>
<b>Solidez de cor à lavagem</b>	<b>NBR ISO 105-B02/07</b>	<b>Alteração: 4/5</b>	<b>Mínima</b>
<b>Solidez de cor ao suor alcalino</b>	<b>NBR ISO 105-E04/14</b>	<b>Alteração: 4/5</b>	<b>Mínima</b>
<b>Solidez de cor ao suor ácido</b>	<b>NBR ISO 105-E04/14</b>	<b>Alteração: 4/5</b>	<b>Mínima</b>

<b>LAUDO MEIAS</b>			
<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>NORMA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TOLERÂNCIAS</b>
<b>Composição (Análise Quantitativa e Qualitativa)</b>	<b>20/05 e 20A/05 DA AATCC OU NBR 13538:1995/11914:1992, respectivamente.</b>	<b>69% ALGODÃO</b>	<b>+/- 3%</b>
		<b>23% POLIAMIDA</b>	
		<b>5% POLIÉSTER</b>	
		<b>1% ELASTODIENO</b>	
<b>Gramatura</b>	<b>NBR 10591/08</b>	<b>198 gr/m<sup>2</sup></b>	<b>+/- 5%</b>

<b>Encolhimento / Alongamento</b>	<b>NBR 10320/88</b>	<b>Largura: -15% no máximo Comprimento : -15% no máximo</b>	<b>Mínima</b>
<b>Resistência ao Estouro</b>	<b>NBR 13384/95</b>	<b>10,0 kgf / cm<sup>2</sup> mínimo</b>	<b>Mínima</b>

**Especificação e Ensaios Laboratoriais tênis**

<b>IDENTIFICAÇÃO NO PRODUTO</b>	<b>MATERIAL</b>	<b>ENSAIO</b>	<b>ESPECIFIC AÇÃO</b>
<b>GASPEA/LINGUET A</b>	TECIDO DUPLA FRONTURA	<b>ESPESSURA</b> ABNT NBR 14184/12	MÍNIMO 2,0 mm
		<b>GRAMATURA</b> ABNT NBR 10591/08	MÍNIMO 140 g/m <sup>2</sup>
		<b>COMPOSIÇÃO</b> AATCC 20/13 e 20/14	100% Poliéster
<b>FORRO TRASEIRO/FORRO DA LINGUETA</b>	<b>FORRO</b> TECIDO TIPO COLMEIA DUBLADO COM ESPUMA	<b>ESPESSURA</b> ABNT NBR 14184/12	MÍNIMO 0,8 mm
		<b>GRAMATURA</b> ABNT NBR 10591/08	MÍNIMO 120 g/m <sup>2</sup>
		<b>COMPOSIÇÃO</b> AATCC 20/13 e 20/14	100% Poliéster
		<b>RESISTENCIA AO ENOVELAMEN TO</b> ABNT NBR 15452/14	Sem enovelament o
<b>FRENTE / TRASEIRO</b>	LAMINADO SINTETICO	<b>ESPESSURA</b> ABNT NBR 14184/12	MÍNIMO 1,5 mm
		<b>GRAMATURA</b>	MÍNIMO

		ABNT NBR 10591/08	450 g/m <sup>2</sup>
<b>ESPUMA DO COLARINHO/LINGUETA</b>	<b>ESPUMA EM MATERIAL PU</b>	<b>ESPESSURA</b> ABNT NBR 14184/12	MÍNIMO 4 mm (na lingueta)
			MÍNIMO 10 mm (no colarinho)
		<b>DENSIDADE</b> ABNT NBR 8537/15	MÍNIMO 28 kg /m <sup>3</sup>
<b>ATACADOR</b>	<b>ATACADOR EM POLIESTER</b>	<b>RESISTENCIA</b> ISSO 227741	PODENDO APRESENTAR DANOS LEVES APÓS 15.000 CICLOS
		<b>COMPOSIÇÃO</b> AATCC 20/13 e 20/14	100% Poliéster
<b>LINHA</b>	<b>LINHA EM POLIAMIDA</b>	<b>COMPOSIÇÃO</b> AATCC 20/13 e 20/14	100% Poliamida
<b>TUBOX</b>	<b>TUBOX RESINA TERMOPLASTICA</b>	<b>ESPESSURA</b> ABNT NBR 14184/12	MÍNIMO 1,0 mm
<b>COURAÇA</b>	<b>COURAÇA RESINA TERMOPLASTICA</b>	<b>ESPESSURA</b> ABNT NBR 14184/12	MÍNIMO 0,60 mm
<b>PALMILHA DE ACABAMENTO</b>	<b>PALMILHA DE ACABAMENTO EM EVA NA COR BRANCO</b>	<b>ESPESSURA</b> ABNT NBR 14184/12	MÍNIMO 4,0 mm
<b>PALMILHA DE ENSACAR</b>	<b>EM POLIESTER NA COR PRETO</b>	<b>GRAMATURA</b> ABNT NBR 10591/08	MÍNIMO 90 g/m <sup>2</sup>
<b>ENTRESSOLA</b>	<b>ENTRESSOLA EM POLICLORETO DE VINILA EXPANDIDO</b>	<b>DUREZA</b> ABNT NBR 14454/07	MÁXIMO 75 SHORE A
<b>SOLADO</b>	<b>SOLETA</b>	<b>ABRASÃO</b>	MÁXIMO

	EM POLICLORETO DE VINILA	ABNT NBR 15190/07	250 mm <sup>3</sup>
		<b>DUREZA</b> ABNT NBR 14454/07	MÁXIMO 80 SHORE A

## 8. Camisa Manga Curta Professor

### 8.1. Objetivo

Esta especificação fixa as características mínimas exigíveis para confecção e aquisição da Camisa Manga curta.

### 8.2. Material Empregado

#### 8.2.1. Tecido

Tabela I

Especificação Tecido Meia Malha – COR AZUL			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIA
<b>Composição</b>	NBR 13538 e NBR 11914	96% Poliéster 4% Elastano	± 3 pontos percentuais
<b>Gramatura</b>	NBR 10591	170 g/m <sup>2</sup>	No mínimo
<b>Ligamento</b>	NBR 13460 e NBR 13462	Meia malha	-----

<b>*Solidez da cor à lavagem</b>	NBR ISO 105 C06	Transferência: 3/4	Nota mínima
		Alteração: 3/4	Nota mínima
<b>*Solidez da cor ao suor</b>	NBR ISO-105 E04	Transferência: 3/4	Nota mínima
		Alteração: 3/4	Nota mínima

#### 8.3.1. Descrição

Camiseta confeccionada na cor Azul Royal Pantone 19-4053 TPX, manga curta (tipo Raglan) com gola “careca” e punhos em retilínea 100% acrílico na cor Azul Marinho (Pantone 19-4025 TPX), em. Logo Cidade com Estampa (Sublimação Total) conforme layout.

Fechamento das costuras internas (cavas e laterais) em Máquina Overloque.

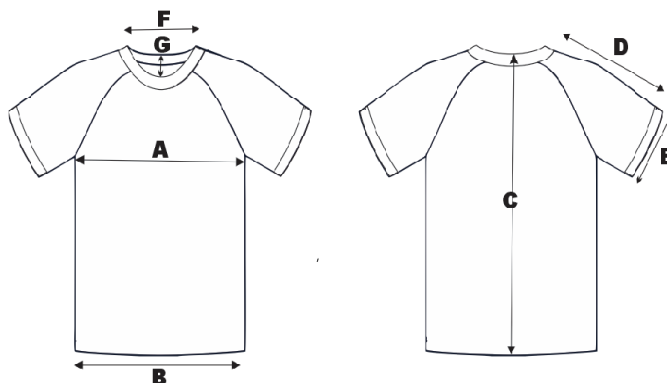
Barras do corpo e das mangas com 2 cm de altura feitas em Máquina Galoneira com duas agulhas bitola estreita.

A peça deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação. As costuras não devem apresentar: falhas de ponto ou rompimentos; emendas visíveis de costuras; sobras ou pontas de linha.

Utilizar linha 100% poliéster nas costuras de acabamento e fechamento e fio texturizado 100% poliéster nas costuras de fechamento e acabamento.

**Tabela II**

CAMISETA ADULTO - MEDIDAS PARA PEÇA ACABADA EM CENTÍMETROS							
PONTOS DE REFERÊNCIAS PARA CONFERÊNCIA DE MEDIDAS		P	M	G	GG	EG	TOLERÂNCIA
A	*TORAX	51,0	54,0	57,0	60,0	63,0	± 1,2 cm
B	*ABERTURA DA BARRA	51,0	54,0	57,0	60,0	63,0	± 1,2 cm
C	COMPRIMENTO CENTRO COSTAS	66,0	69,0	72,0	75,0	78,0	± 2,5 cm
D	COMPRIMENTO DA MANGA	34,0	36,0	38,0	40,0	42,0	± 2,0 cm
E	*ABERTURA DA BOCA DA MANGA	17,0	18,0	19,0	20,0	21,0	± 0,8 cm
F	ABERTURA DO DECOTE	15,5	16,0	16,5	17,0	17,5	± 1,5 cm
G	PROFUNDIDADE DO DECOTE	8,1	8,3	8,5	8,7	8,9	± 0,9 cm

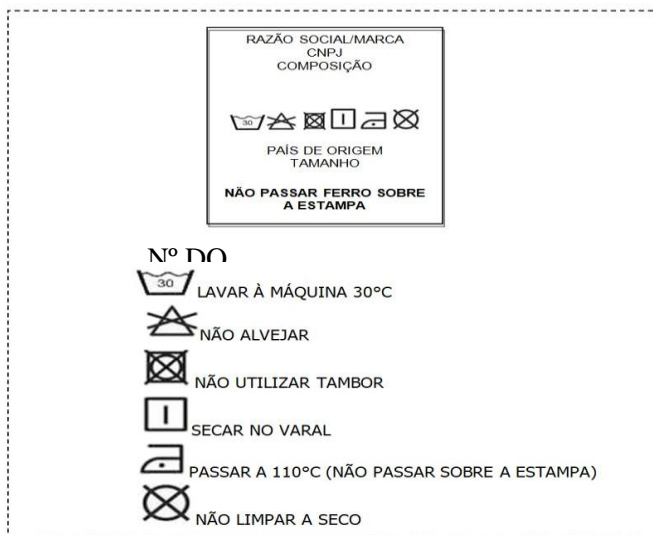




### Indicação das medidas presentes na tabela

Cada peça deverá possuir 01 (uma) etiqueta. A etiqueta de identificação deve ser de tecido branco, afixada em caráter permanente e indelével na parte traseira da gola. O material da etiqueta deve atender a ABNT NBR 16365 – Segurança de roupas infantis.

Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, determinadas pelas Resoluções vigentes.



O produto deve ser devidamente dobrado e embalado individualmente em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado ao produto. Posteriormente o produto deve ser encaixotado em caixas de papelão resistente padronizadas devidamente identificadas com o nome do fornecedor, produtos, tamanhos, quantidades constantes na caixa, condições de empilhamento e demais informações necessárias quando do recebimento, conferência, estocagem.

**Alcides da Silva Santos Filho**  
Superintendencia de Gestao e Finanças  
Matricula 22.315

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**FARDAMENTOS ESCOLARES -2024- ALUNO**

ODALIDADES	Nº ALUNOS	Nº/TAMANHO DA FARDA	TOTAL														
			CAMISA MANGA CURTA			CAMISA REGATA			BERMUDA UNISSEX			TÊNIS			MEIA		
				10%	TOTAL		10%	TOTAL		10%	TOTAL		10%	TOTAL		10%	TOTAL
INFANTIL	1552	4	3.104	310	3.414	3.104	310	3.414	3.104	310	3.414	1.552	155	1.707	3.104	310	3.414
	3667	6	7.334	733	8.067	7.334	733	8.067	7.334	733	8.067	3.667	367	4.034	7.334	733	8.067
ANOS INICIAIS	2051	8	2.051	205	2.256	2.051	205	2.256	4.102	410	4.512						
	2314	10	2.314	231	2.545	2.314	231	2.545	4.628	463	5.091						
	2550	12	2.550	255	2.805	2.550	255	2.805	5.100	510	5.610						
	5000	14	5.000	500	5.500	5.000	500	5.500	10.000	1.000	11.000						
ANOS FINAIS/ EJAI	5722	P	5.722	572	6.294	5.722	572	6.294									
	5395	M	5.395	540	5.935	5.395	540	5.935									
	1628	G	1.628	163	1.791	1.628	163	1.791									
	1473	GG	1.473	147	1.620	1.473	147	1.620									
		EG		147	147		147	147									
	TOTAL GERAL DE FARDAMENTOS				40.375			40.375			37.695			5.741			11.482

**Fonte: Quadro de Faixa Etária 2022**

**Cabo de Santo Agostinho, Abril de 2022.**

**A ENTREGA DAS FARDAS PARA OS ALUNOS SERÁ DA SEGUINTE FORMA:**

- 1. OS ALUNOS DA CRECHE E DO PRÉ-ESCOLAR RECEBERÃO 04 CAMISAS E 02 BERMUDAS (SENDO AS CAMISAS: 02 CAMISAS COM MANGA CURTA, 02 CAMISAS REGATA)**
  
- 2. OS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS, RECEBERÃO 02 CONJUNTOS (SENDO 01 COM CAMISA DE MANGA E 01 BERMUDA E 01 COM CAMISETA REGATA E 01 BERMUDA).**
  
- 2. OS ALUNOS DOS ANOS FINAIS E EJAI, RECEBERÃO 02 CAMISAS (SENDO 01 CAMISA DE MANGA E 01 CAMISETA REGATA).**

**Alcides da Silva Santos Filho**  
Superintendencia de Gestao e Finanças  
Matricula 22.315

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

QUADRO FAIXA ETÁRIA 2023 - REGIONAL 1

Nº	ESCOLAS	01 ANO		02 ANOS		03 ANOS		04 ANOS		05 ANOS		06 ANOS		07 ANOS		08 ANOS		09 ANOS		10 ANOS		11 ANOS		12 ANOS		13 ANOS		14 ANOS		15 ANOS		16 ANOS		17 ANOS		18 ANOS		+ 18 ANOS		Total		TOTAL GERAL						
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F									
01	Ana Maria	0	0	0	0	0	0	2	2	2	3	3	4	3	4	4	5	6	6	5	7	5	7	59	4	4	53	5	4	51	33	3	1	5	2	3	1	2	0	1	7	42	551	571	1122			
02	Armínio da Paz	0	0	0	0	6	6	4	5	9	5	8	4	4	8	1	1	9	7	1	4	5	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	67	54	121				
03	Armínio Guilherme dos santos	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	1	2	1	1	1	2	2	3	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	119	138	257			
04	Caic- Prof. José Alberto de Lima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	3	2	3	3	4	2	3	5	7	3	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	135	132	267				
05	Dr. Cláudio Gueiros Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	78	6	7	8	7	5	72	7	7	95	81	3	7	2	8	1	5	2	1	1	0	0	0	0	373	333	706
06	Dr. Marivaldo Burégio de Lima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	25	2	5	7	4	38	5	6	77	62	3	4	2	9	1	9	1	0	9	1	2	2	0	0	273	239	512
07	Dr. Paulo de Amorim Salgado	0	0	0	0	0	0	2	1	2	1	2	1	2	3	3	3	2	3	1	1	5	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	152	126	278		
08	Governador Eduardo Campos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	2	6	9	53	6	4	37	39	1	2	4	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	195	168	363		
09	Madre Iva Bezerra de Araújo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	6	5	67	1	2	3	38	3	3	24	38	1	6	1	1	5	3	3	0	0	0	0	0	0	176	210	386		
10	Maria Eulina de Freitas	0	0	0	0	0	0	1	6	7	1	1	1	1	2	1	2	2	2	2	2	2	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	117	120	237		
11	Monteiro Lobato	0	0	0	0	1	2	1	1	3	3	3	3	5	5	5	5	5	5	7	6	1	8	5	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	337	311	648			
12	Nossa Senhora de Fátima	0	0	0	0	0	0	6	6	1	4	9	1	1	2	1	1	1	2	2	2	2	5	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98	108	206		
13	Pe Henrique Vieira	0	0	0	0	3	3	1	7	3	5	3	5	5	7	6	7	7	6	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	48	43	91		
14	Pres. Tancredo Neves de Oliveira	0	0	0	0	0	0	9	9	1	9	1	1	1	1	2	2	1	2	1	3	9	4	4	9	11	2	2	22	18	1	4	5	7	0	1	2	0	0	0	0	0	190	159	349			
15	Prof. Ariosto Nunes Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	8	2	71	5	7	6	62	6	7	89	68	4	2	2	6	2	1	7	9	8	6	5	4	7	87	463	432	895
16	Profª Celma Barros Cabral	0	0	0	0	0	0	2	1	3	2	2	3	2	2	3	1	2	2	3	2	3	3	2	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	208	160	368			

17	Prof. Jason Brandão da Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	10	9	9	10	8	9	10	11	6	3	2	1	1	1	1	1	4	2	56	537	534	1071		
18	Prof. José Joaquim de Oliveira	0	0	0	0	0	0	3	6	6	4	7	7	7	8	0	7	4	1	0	7	6	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	16	38	67	105
19	Profª Lúcia Ferreira Soares	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	1	2	1	6	2	8	1	1	1	0	1	4	3	3	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	78	66	144
20	Renato Paulo de Sena	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	2	2	3	2	2	3	3	3	4	2	5	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	215	186	401
21	Santo Antonio	0	0	0	0	0	0	7	4	1	5	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	83	78	161
22	Ver. Edvaldo Martins	0	0	0	0	0	0	1	1	4	2	2	2	4	3	3	4	3	4	4	4	4	15	9	3	2	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	272	233	505
23	CEI- Torrinha (CEI Prof. Lúcia Farias Cabral Romeu)	0	0	1	2	3	2	4	2	3	2	1	5	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	144	99	243	
24	Creche Lar da Criança	1	2	6	2	2	4	3	9	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	92	64	156
<b>TOTAL</b>		1	2	6	4	4	8	6	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	48	#	#	44	#	#	50	45	#	#	#	5	3	2	2	1	8	20	496	463	9592			
<b>TOTAL GERAL</b>		18	96	155	385	530	549	701	767	830	990	859	906	907	953	403	157	62	34	290	9592																									

### QUADRO FAIXA ETÁRIA 2023 - REGIONAL 2

Nº	ESCOLAS	01 ANOS		02 ANOS		03 ANOS		04 ANOS		05 ANOS		06 ANOS		07 ANOS		08 ANOS		09 ANOS		10 ANOS		11 ANOS		12 ANOS		13 ANOS		14 ANOS		15 ANOS		16 ANOS		17 ANOS		18 ANOS		+ 18 ANOS		Total		TOTAL GERAL		
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
01	Anibal Cardoso	0	0	2	3	5	2	7	7	6	7	8	5	1	0	1	0	3	1	1	8	6	5	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	59	59	118
02	Carmencita Ramos	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	4	2	3	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	17	14	318
03	Des. João Paes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	8	8	3	4	0	4	4	4	4	5	4	5	1	4	4	2	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	21	25	473

04	Dr. Rui Barbosa	0	0	0	0	0	0	1	5	6	7	1	1	2	1	2	1	2	1	3	1	2	3	3	2	3	2	4	2	2	6	5	9	3	3	1	0	3	1	3	31	23	546		
05	Edmar Moury Fernandes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	9	1	5	9	8	1	5	9	9	8	3	1	4	5	5	1	1	1	6	8	0	4	0	1	0	1	0	1	0	1	0	11	67	184	
06	Joaquim Nabuco	0	0	0	0	0	6	4	6	1	3	8	8	1	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	11	11	230	
07	José Rufino de Araújo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	3	3	2	1	2	2	2	1	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	14	281
08	Maria Madalena Tabosa Lopes	0	0	0	0	4	1	1	1	1	1	3	8	1	1	1	1	1	2	1	1	4	4	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	98	12	227	
09	Maria Tereza M. de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	3	3	1	1	1	2	1	1	4	3	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10	209	
10	Manoel Maria Caetano	0	0	0	0	0	1	6	1	1	2	2	2	2	4	2	2	2	2	2	3	2	3	3	2	3	3	2	1	1	1	2	6	4	0	0	8	1	8	34	29	636			
11	Pref. Vicente Mendes Silva	0	0	0	0	0	3	3	2	2	3	1	2	5	3	7	4	5	5	4	3	4	7	2	6	3	5	4	4	2	0	1	2	0	0	0	9	1	1	58	54	112			
12	Prof. Antonio Benedito da Rocha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	6	9	1	1	1	1	1	1	1	5	4	3	1	1	4	5	6	3	1	0	0	62	62	124		
13	Profª Maria Thamar L. da Fonseca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	4	9	9	1	9	1	1	1	9	6	4	4	1	2	3	3	5	6	8	63	53	117				
14	Vicente Pinzon	0	0	0	0	0	3	4	4	1	2	8	1	1	1	6	2	1	6	8	7	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61	75	136	
15	Prof. Cremilda Maria de Santana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	5	5	6	7	6	5	5	5	1	1	5	6	3	1	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	29	591		
16	Wolney da Costa Machado	0	0	0	0	0	2	1	7	1	1	1	1	1	1	1	9	1	1	2	4	4	3	3	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	88	11	205		

17	CEI Celina de Holanda	0	0	0	0	2	1	3	3	3	3	4	4	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	95	196	
18	CEI Gaibu (Armando Jorge Sales)	0	0	1	7	3	3	6	6	7	7	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20	411	
19	CEI Prof. Sueli Mesquita	0	0	0	0	1	9	3	4	4	4	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10	210	
20	Nova de Garapù	0	0	2	2	2	2	9	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1	1	2	3	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	13	298
<b>TOTAL</b>		0	0	3	3	1	9	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	1	1	9	4	4	1	1	1	1	2	2	2	40	37	<b>779</b> <b>9</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>		0	65	197	451	550	583	631	649	620	628	669	626	648	624	292	136	64	22	344	7799																									

**QUADRO DE FAIXA ETÁRIA 2023 REGIONAL 3**

Nº	ESCOLAS	01 ANOS		02 ANOS		03 ANOS		04 ANOS		05 ANOS		06 ANOS		07 ANOS		08 ANOS		09 ANOS		10 ANOS		11 ANOS		12 ANOS		13 ANOS		14 ANOS		15 ANOS		16 ANOS		17 ANOS		18 ANOS		+ 18 ANOS		Total		TOTAL GERAL							
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F												
01	Adm. Manoel Victor	0	0	0	0	0	0	6	5	11	7	12	14	14	15	19	18	15	23	21	26	2	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	11	103	120	223
02	Com. Arthur H Lundgren	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	24	32	25	58	49	32	26	17	28	6	6	2	2	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	176	162	338
03	Conde da Boa Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	31	30	28	31	33	29	25	4	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	127	120	247
06	Dr. Humberto da Costa Soares	0	0	0	0	0	0	4	3	10	6	14	4	9	5	11	5	13	6	10	5	9	13	10	9	15	6	12	13	7	6	6	1	2	1	1	1	1	2	0	0	0	0	0	135	84	219		

07	Dr. Eudes Sobral	0	0	2	5	3	6	5	14	6	8	8	7	7	5	10	1	7	3	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49	53	102
08	Dr. João Lopes	0	0	0	0	4	2	5	4	4	2	6	3	7	6	7	8	6	10	12	6	18	14	12	17	17	15	16	19	17	2	3	2	3	0	1	0	0	10	138	120	258									
09	Engenho Matas	0	0	0	0	0	0	6	5	11	9	12	14	14	15	19	18	15	23	21	26	2	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	11	103	122	225					
11	José Alberto de Lima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	8	9	8	15	9	8	13	15	11	37	36	38	39	25	29	20	19	12	7	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	186	181	367						
12	José Clarindo Gomes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	17	28	24	38	33	29	33	33	40	44	40	39	36	32	41	40	35	17	10	7	5	5	3	2	2	$\frac{1}{6}$	29	352	348	700									
13	Maria Laura dos Santos	0	0	0	7	5	2	3	3	3	1	1	0	1	2	3	3	2	4	4	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	4	29	30	59						
14	Paulo Freire	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	27	30	30	23	34	24	36	10	10	4	2	0	0	1	0	0	0	0	0	117	139	256							
17	Profª. Laura Rodrigues da Costa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	22	22	25	25	17	19	10	20	5	1	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	85	88	173					
18	Profª. Maria José Paiva	0	0	0	0	0	0	11	25	22	28	33	34	34	29	38	28	29	32	35	46	9	13	1	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	214	240	454			
	Nova de Pontes dos Carvalhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	25	44	36	41	35	41	29	36	41	12	6	2	6	2	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200	180	380			
20	Profª. Vicência da Conceição	0	0	0	0	0	0	6	13	25	18	25	32	40	27	29	36	36	38	48	31	10	4	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	223	201	424			
21	Prof. Eronides Francisco Soares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	88	84	82	11	14	13	11	12	66	53	2	1	1	4	2	4	3	2	9	57	572	581	1153						
22	Prof. Manoel Davi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	54	46	85	77	93	68	93	71	48	25	2	1	1	3	5	8	1	3	5	63	452	371	823							





N <sup>o</sup>	ESCOLAS	01 ANO		02 ANOS		03 ANOS		04 ANOS		05 ANOS		06 ANOS		07 ANOS		08 ANOS		09 ANOS		10 ANOS		11 ANOS		12 ANOS		13 ANOS		14 ANOS		15 ANOS		16 ANOS		17 ANOS		18 ANOS		+ 18 ANOS		Total		TOTAL GERAL			
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F						
01	Amaro Pê Cavalcanti	0	0	4	3	6	9	6	7	9	4	6	6	4	7	2	1	7	5	7	7	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52	61	113	
02	Antonio Lima da Silva	0	0	1	3	5	3	6	5	2	3	3	5	4	3	8	5	4	3	8	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	33	75
03	Aristheu Figueireido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	2	3	3	3	2	3	2	2	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	147	140	287	
04	Dr. José Roberto Monteiro	0	0	6	5	0	0	4	5	7	1	3	8	7	1	0	8	4	4	1	1	1	0	8	1	0	8	1	1	4	5	2	2	0	1	0	0	1	1	0	118	90	208		
05	Estreliano de Souza Leão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	8	1	7	9	1	1	6	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45	36	81
06	Evandro Cavalcanti	0	0	1	1	4	2	4	7	6	7	6	5	1	2	1	5	7	5	1	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	37	43	80	
07	Joaquim de Souza Leão	0	0	0	0	0	0	3	6	6	4	7	7	7	8	0	7	4	1	0	7	6	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	16	38	67	105		
08	José Cisneiro Cavalcanti	0	0	5	3	3	0	4	3	5	3	5	4	3	1	7	8	6	2	3	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	28	70	
09	Julio Carneiro A. Maranhão	0	0	0	0	0	0	2	1	3	0	3	1	3	2	0	5	4	2	4	5	5	8	8	8	1	2	4	8	8	5	3	2	1	0	1	0	0	5	11	64	60	124		
10	Manoel N. de Souza Leão	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	1	0	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	2	11	
11	Ministro André Cavalcanti	0	0	0	0	0	0	1	3	1	1	1	1	1	2	1	1	2	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	2	7	6	1	1	0	2	1	0	1	35	220	223	443		
12	Marquês do Recife	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	2	2	1	2	3	2	2	2	2	2	3	2	2	3	3	2	2	2	9	9	1	1	3	2	6	1	1	0	2	4	18	326	315	641
13	Pe. Antonio Melo Costa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	8	7	9	9	#	9	9	8	4	2	1	1	1	4	5	6	3	4	59	489	451	940		
14	Prof. José Pantaleão D. Júnior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	4	5	3	5	4	5	5	6	2	7	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	240	220	460	
15	Profª Angélica Mendes	0	0	0	0	1	0	1	2	0	2	2	2	2	4	2	1	3	3	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	17	30	
16	Profª Guiomar	0	0	1	1	3	3	3	2	3	1	3	5	4	1	5	2	3	2	2	5	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	15	38	37	75	
17	Ver. Gilberto Fragoso	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	2	2	1	2	1	2	0	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	8	21
18	Ver. José Procópio Nascimento	0	0	1	1	0	1	3	1	1	2	2	1	1	1	3	0	4	2	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	14	32
19	Ver. Severino B. Marques	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	0	2	1	0	2	2	2	4	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	13	23
20	Ver. João Ciríaco da Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7	1	1	1	1	1	2	1	3	1	2	1	2	2	3	1	1	3	6	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	167	197	364	
21	CEI - Charneca 01	0	0	0	0	6	8	1	2	1	5	2	4	5	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	57	99	





4	0	0	19	17	29	27	10	11	15	16	17	17	18	16	19	20	22	18	20	20	17	19	18	17	20	18	18	15	70	52	39	26	18	8	7	7	92	17	227	22	4498			
Rede Conveniada	2	1	12	13	18	18	99	96	42	25	2	5																														478	46	940
TOTAL	3	2	25	26	51	46	85	82	10	95	10	10	11	11	12	12	12	13	14	13	14	12	13	13	14	13	14	12	69	45	31	16	14	5	6	3	39	78	161	##	31.35			
TOTAL GERAL	57	519	976	1674	1993	2051	2314	2550	2591	2816	2655	2660	2739	2656	1151	477	203	97	1173	31352	##	##																						2

**Alcides da Silva Santos Filho**  
Superintendencia de Gestao e Finanças  
Matricula 22.315